

feamFUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTEParecer Técnico DIURB Nº 025/2001
Processo COPAM Nº 176/1994/006/2002

PARECER TÉCNICO

Processo: 00176/1994/006/2002

Documento: 023082/2003

Pag.: 005

PARECER TÉCNICO**FEAM**

PROTOCOLO Nº 023.092/2003

DIVISÃO: DIURB 14/04/03

FL Nº

Empreendedor: Departamento de Estradas de Rodagem – DER/MG
Empreendimento: Implantação e Pavimentação da Rodovia MG 010 – Trecho córrego Vacaria / Conceição do Mato Dentro
Atividade: Melhoramento e pavimentação de rodovias
Endereço: Av. dos Andradas 1120 – Centro. Belo Horizonte
Localização: Zona Metalúrgica
Municípios: Santana do Riacho e Conceição do Mato Dentro
Referência: Auto de Infração nº 1270/2002

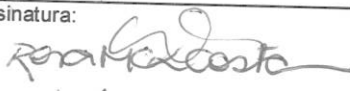

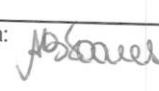
Classe : III-A**Infração: Gravíssima**

Em 5-10-2001, a CIF/COPAM concedeu a Licença de Instalação para as obras de melhoramentos e pavimentação da rodovia MG 010 – trecho córrego Vacaria(Cardeal Mota) – Conceição do Mato Dentro, com condicionantes.

Nos dias 16 e 17-12-2002, a FEAM realizou vistoria ao longo do empreendimento, objetivando verificar as condições ambientais do referido segmento rodoviário, inclusive as ações acordadas acordados pela FEAM e Ministério Público com o DER/MG, visando a execução de obras emergenciais de controle ambiental, conforme reunião realizada na FEAM em 31-10-2002. Na oportunidade foi constatado o seguinte:

- degradação ambiental, próxima à estaca nº122, decorrente da execução de bota-fora em condições inadequadas, em desacordo com o acordado com o DER/MG, provocando assoreamento de drenagem natural, inclusive de curso d'água, numa extensão superior a 500 metros;
- descumprimento das ações e prazos estabelecidos pela FEAM e pelo Ministério Público com o DER/MG, para a execução das medidas de controle ambiental, listadas na ordem de serviço emitida por aquele Departamento em 16-10-2002, após vistoria conjunta entre esses órgãos citados, realizada nos dias 15 e 16-10-2002;
- condições precárias de tráfego, com atoleiros, em segmentos localizados ao longo do trecho, comprometendo a segurança dos usuários.

Em vista do exposto, foi lavrado contra o DER/MG, em 20-12-2002, o Auto de Infração nº1270/2002, em função das irregularidades constatadas. Nesta mesma data, foi solicitado àquele Departamento, por intermédio do Auto de Fiscalização, a adoção das seguintes providências:

| Divisão de Projetos Urbanísticos e Infra-Estrutura de Transporte - DIURB | | Diretoria de Infra-Estrutura e Monitoramento - DIRAI |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Autores: Benerval Alves L. Filho Geraldo da Fonseca Cândido Fº Rosa Maria Cruz Laender Costa | Gerente: Benerval A. Laranjeira Filho | Diretora: Alice Beatriz Pereira Soares |
| Assinatura:  | Assinatura:  | Assinatura:  |
| Data: 14, 4, 2003 | Data: 14, 4, 2003 | Data: 14, 04, 03 |

Alice Beatriz Pereira Soares
Diretoria de Infra-Estrutura e Monitoramento



- implementar, em caráter de urgência, medidas de controle ambiental para o bota-fora da estaca nº122, objetivando sua recuperação. Foi sugerido ao DER/MG a adequação da drenagem, correção e o prolongamento do dreno e a implementação de dispositivos de contenção de sedimentos tais como paliçadas, pequenos diques de pedras e, sobretudo, o monitoramento do local;
- implementar as medidas citadas na ordem de serviço emitida por aquele Departamento em 16-10-2002 e as medidas acordadas com a FEAM e o Ministério Público em 31-10-2002;
- disponibilizar equipe de "pronta ação" para o controle ambiental das obras e garantir condições adequadas e seguras de tráfego.

Em 23-12-2002, o DER/MG por meio do ofício nº 025-DE/DAM/2002, apresentou defesa contra o referido Auto de Infração, alegando que o bota-fora citado, de material reutilizável, foi executado para servir de aterro para o alargamento da plataforma da rodovia entre as estacas nº120 e 130 e que teria sido realizado no período seco, com remota hipótese de ocorrência de erosões e/ou carreamento de sedimentos. Entretanto, a empreiteira contratada pelo DER/MG para a execução das obras foi surpreendida por uma chuva excepcional, fora da previsão ou controle da fiscalização, motivando os problemas apontados no Auto de Infração lavrado pela FEAM. Na oportunidade o DER/MG solicita a compreensão da FEAM para o cancelamento do Auto de Infração nº1270/2002, informando que aquele Departamento tomará todas as providências no sentido de assegurar a recuperação da área assoreada, bem como garantir condições adequadas ao tráfego no subtrecho da rodovia ainda não pavimentada.

Com relação a defesa apresentada pelo DER/MG vimos esclarecer o seguinte:

- independentemente do propósito do bota-fora realizado, ou seja, servir como material reutilizável para a confecção de um aterro para o alargamento da plataforma da rodovia, bem como das intempéries da natureza, não se justifica o fato de o DER/MG não ter tomado as medidas preventivas de controle ambiental, tais como a construção de pequenos barramentos, prolongamento de bueiros com dissipadores de energia e até mesmo a conclusão dos serviços de pavimentação e conseqüentemente da drenagem, uma vez a pavimentação concluída está a aproximadamente 200 metros do referido bota-fora, e que a ocorrência de período de chuvas, independentemente de sua intensidade, era previsível;
- a adoção das providências cabíveis visando assegurar a recuperação da área assoreada e garantir as condições adequadas de tráfego, não é mais do que um dever, e o mínimo que se poderia esperar daquele Departamento, para uma área da importância ambiental como é a região da serra do Cipó, onde está inserido o empreendimento.

Cabe ressaltar que nos dias 6 e 7-2-2003, a FEAM realizou nova vistoria na área do empreendimento, em companhia de técnico da Divisão de Meio Ambiente do DER/MG, quando foi constatado que não foram implementadas as medidas emergenciais de controle ambiental solicitadas em 20-12-2002, data da lavratura do Auto de Infração.

As obras encontravam-se paralisadas e verificou-se que, devido ao período chuvoso que antecedeu a vistoria, as condições da estrada estavam piores em função de comprometimento do pavimento em alguns pontos, erosões nas sarjetas, instabilidade de taludes, etc.

Sendo o exposto, este Parecer sugere a CIF/COPAM a manutenção do Auto de Infração nº 1270/2002, lavrado contra o DER/MG, uma vez que as argumentações apresentadas por aquele Departamento não justificam as irregularidades cometidas em uma das áreas mais importantes do país, sob o ponto de vista ambiental.

Processo: 00176/1994/006/2002
Documento: 023092/2003



Pag.: 007

Processo n° 176/1994/006/2002

Ref: Defesa relativa ao Auto de Infração nº 1270/2002

Ref: Defesa relativa ao Auto de infração nº 1276/2002
Apresentado por Departamento de Estradas de Rodagem de Mg / DER

PARECER JURÍDICO

I) Relatório:

1 – O Departamento de Estradas de Rodagem – DER foi autuado como incurso no item I do §1º, e item 6 do §3º, do artigo 19, do Decreto nº 39.424/98, por cometido as seguintes irregularidades, in verbis:

“ execução de bota-fora em desacordo com o proposto no processo de licenciamento; provocar assoreamento de drenagem natural (inclusive curso d'água) numa extensão superior a 500 metros.”

2 – O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível. Tempestivamente, a empresa apresentou sua defesa, alegando em síntese que:

- o bota-fora foi executado para ser um depósito de material reutilizável no alargamento do aterro, entre as estacas 120 a 130;
- como a empreiteira realizou os serviços em período seco, a hipótese de ocorrência de erosões e/ou carreamento de solos era remota;
- entretanto, sua contratada foi surpreendida por uma chuva excepcional, fora da previsão ou controle da fiscalização da obra, motivando os problemas apontados no Auto de Infração;
- solicita o cancelamento do AI, de vez que tomará todas as providências no sentido de assegurar a recuperação da área assoreada, bem como garantir condições adequadas ao tráfego no subtrecho da rodovia, ainda não pavimentado;

3 – De acordo com Parecer Técnico, independentemente do propósito do bota-fora bem como das intempéries da natureza, nada justifica o fato de o DER/MG não ter tomado as medidas preventivas, tais como a construção de pequenos barramentos, prolongamentos de bueiros com dissipadores de energia e, até mesmo a conclusão dos serviços de pavimentação e, conseqüentemente, de drenagem, uma vez que a ocorrência do período de chuvas, independentemente da sua intensidade, era previsível.

Assevera que a adoção das providências visando assegurar a recuperação da área assoreada e garantir as condições adequadas de tráfego não é mais do que um dever e, também, o mínimo que se poderia esperar do DER, para uma área de importância ambiental como a serra do Cipó.

Frank



feam

Ressalta que na nova vistoria realizada na área pela FEAM, em companhia de técnico da Divisão de Meio Ambiente do DER/MG, no dias 6 e 7-2-2003, constatou-se que não foram implementadas as medidas emergenciais de controle ambiental solicitadas em 20-12-2002. Lado outro, as obras estavam paralisadas, tendo sido verificado, ainda, que devido ao período chuvoso que antecedeu a vistoria, as condições da estrada estavam piores em função do comprometimento do pavimento em alguns pontos, erosões nas sarjetas, instabilidade dos taludes, etc.

Por derradeiro, sugere a manutenção do Auto de Infração nº 1270/2002.

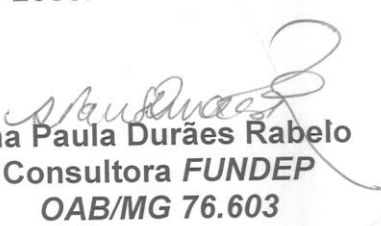
II) Conclusão:

Diante exposto, ante a ausência de argumentos jurídicos capazes de descaracterizar as infrações cometidas, sugerimos a aplicação de 2 (duas) multas, nos termos do art. 1º, incisos I e III (infração leve e gravíssima), c/c art. 2º, §1º, inciso I, da Deliberação Normativa COPAM 27/98, alterada pela Deliberação Normativa COPAM 64/03, senão vejamos:

- **Diretor de Atividades de Infra-Estrutura da FEAM:** 1 (uma) multa, no valor de R\$ 1.065,16 (infração leve); -P
- **Câmara de Atividades de Infra-Estrutura do COPAM:** 1 (uma), no valor de R\$ 26.603,56 (infração gravíssima).

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 15 de abril de 2003.


Ana Paula Durães Rabelo
Consultora FUNDEP
OAB/MG 76.603